



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 01

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

realizada

em

22 de Fevereiro de 2025



Assembleia Municipal

ACTA N.º 1

-----Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldês Castanheira e Luis da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário**, senhor deputado Luis Gomes, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----António Gonçalves Cardoso, Bruno Carlos Soares Ferreira, em substituição de Tyoga Macdonald, Érica Geraldês Castanheira, Afonso Henrique Tavares Ferreira, em substituição de Sara Pedroso, Miguel Sérgio Carvalho Afonso Fernandes Dias, Luis da Silva Moreira Gomes, Christophe Rodrigues Coimbra, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Maria José das Neves Fernandes Silva, Áurea Alexandra Dória Vila Nova, em substituição de Raul Martins, Helena Cristina da Gama Dias, Ivone Inês Almeida Sousa Borges, Mário Jorge Sousa Henriques, Bruno Miguel Silva Costa, em substituição de Vítor Almeida, Dora Sofia Lopes Lemos, José Miguel Nunes Duarte Marques, João Miguel Fernandes Gaspar, em substituição de Margarida Figueiredo, Ricardo Manuel do Amaral Pereira, José Miguel Morais Costa Nunes e Luis Miguel Abreu Almeida, em substituição de Bruno Costa.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Pedro Alexandre Pinto Alves; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Paulo Jorge Marques Carneiro; Secretário da Junta de Freguesia de Piódão, Ricardo Lopes Pacheco; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Vítor Manuel Rodrigues Pedroso; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----



Assembleia Municipal

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Elisabete Oliveira, Filipe Frias, Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro.-----

-----Teve a palavra o Primeiro Secretário, senhora deputada **Érica Castanheira**, para referir que “recebemos, da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, postal de Boas Festas; da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, envio do Boletim nº 9 da ANMP, de 2024; da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, envio de convites para a Sessão Evocativa dos 20 anos da ampliação do Centro de Saúde de Arganil, dia 4 de Fevereiro; da CPCJ de Arganil, envio do Relatório Anual de Avaliação de Actividades daquela Comissão, referente a 2024”.-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Tyoga Macdonald, Margarida Figueiredo, Rita Marques, Bruno Costa, Raul Martins, Sara Pedroso, Vítor Almeida e Presidente da Junta de Freguesia de Piódão.-----

-----Faltou também o senhor deputado Luis Miguel Fontinha, não tendo apresentado pedido de justificação da falta.-----

PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO

-----Teve a palavra o Senhor **Pietro Romani**, residente em Salão, freguesia de Arganil para dizer que “o meu nome é Pietro Romani, eu sou residente no lugar de Salão, da freguesia de Arganil. Curiosamente, e coincidentemente, faz hoje 4 anos que mudei aqui para Arganil. Sou um achadiço orgulhoso e, como disse, habito no Salão. Sou um freguês envolvido e mantenho um contacto regular com a minha junta de freguesia e tenho acompanhado a evolução dos planos para a obra de pavimentação do empedrado do caminho do Salão e gostaria de saber se já existe uma calendarização para estes projectos. Sei que está prevista essa obra para ser executada este ano, tem havido alguns adiamentos por questões que já conheço, através do Presidente da Junta de Freguesia e gostaria de saber se já há uma calendarização.-----

-----Mas na verdade o tema principal que me traz a esta Assembleia prende-se com a substituição da iluminação de LED na via pública. Ora, como nós sabemos, está a acontecer a substituição dos candeeiros por lâmpadas LED, mais eficientes. E esta semana o Salão foi precisamente intervencionado com a substituição desses candeeiros. É evidentemente uma iniciativa a louvar, porque estamos a contribuir para uma maior eficiência energética, mas acontece que a iluminação na estrada é feita com ledes brancos e isso permite uma visibilidade muito maior para os nossos automobilistas e isso aumenta a segurança de toda a gente. Mas nas zonas habitacionais essa iluminação é feita também com ledes brancos. O que traz



Assembleia Municipal

prejuízos para a saúde. O que eu verifiquei ali no Salão é que estes ledes brancos são brutalmente brilhantes e são disruptores do nosso sono e da nossa qualidade de vida. Ora bem, como eu tenho conhecimento, em Julho de 2021, foi assinado pelo município, protocolo de cooperação Dark Sky Aldeias de Xisto. Um projecto que visa contribuir para a preservação do céu nocturno e para a melhoria da iluminação pública, tendo em vista o controlo da poluição luminosa, contribuir também para a valorização e promoção do concelho e da região enquanto destino turístico de excelência. A minha pergunta é, e os residentes? Não temos também direito e não merecemos uma melhor qualidade da iluminação? A substituição da iluminação por ledes brancos na estrada é positiva, mas nas áreas residenciais deviam ser ledes amarelos. Segundo os investigadores, são cada vez em maior número os estudos que revelam que os efeitos dos ledes brancos na saúde vão para além daquilo que se poderia supor há alguns anos. Se as perturbações em várias espécies de fauna são conhecidas há algum tempo, no ser humano, a suspeita de efeitos graves tem sido posta em evidência por vários estudos que têm revelado uma associação entre a exposição nocturna à luz com comprimento de onda curta, luz azul, presente na luz branca dos ledes, e um aumento dos riscos do desenvolvimento de diabetes, obesidade e mesmo alguns tipos de cancro, nomeadamente da mama e da próstata. Os ledes brancos reduzem a produção de melatonina, a hormona do sono, que é segregada com o escurecimento do dia. E a privação do sono pode aumentar o risco de depressão, obesidade e diabetes, bem como aumentar o risco de cancro de origem hormonal. Estudos epidemiológicos em animais revelam que a luz branca é cancerígena. Está provado em animais, não está ainda em seres humanos, mas os estudos que estão a ser feitos apontam nessa mesma direção. Por caminhos diferentes, chega-se à conclusão de que há um maior número de casos de cancro em situações em que há exposição a esta luz branca, disse o investigador. Este investigador que nos diz esta informação é precisamente o professor Raúl Lima, da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto. O mesmo Raúl Lima, que foi responsável pelas medições do brilho do céu, que foram utilizadas para a classificação da reserva de céu escuro, Starlight Tourist Destination Dark Sky Alqueva, que é a associação parceira do tal protocolo assinado pelo nosso município em 2021. E é um dos dois membros nacionais da Comissão de Gestão da Rede Europeia de Investigação, Lost the Night Network.-----

-----Estamos no bom caminho, mas podemos fazer melhor e como exemplo de boas práticas. O que eu venho pedir é que seja reconsiderada a substituição dos ledes brancos nas zonas residenciais por luz amarela, mantendo a luz branca na estrada para a melhoria da visibilidade e da segurança, mas contribuir para uma boa qualidade de vida dos cidadãos que moram como é o meu exemplo em zonas mais rurais. Eu mudei-me para Arganil há quatro anos, comprei uma casa no bosque, no Salão, a minha casa é dentro do bosque; o candeeiro de que falo, está em cima da minha casa e aponta directamente para o meu quarto. Eu há quatro anos que tenho o melhor sono da minha vida, durmo na escuridão e no silêncio. Acordo com o



Assembleia Municipal

nascer do sol, com o sol a entrar-me pela casa. Neste momento, e desde há uns dias a esta parte, isso é impossível porque tenho uma luz fortemente brilhante a entrar-me pelo quarto dentro, que é disruptora do meu ciclo de sono. Eu sei que isto é uma medida que já está em curso, mas acho que ainda vamos a tempo, porque esta substituição ainda está a ser feita, de reconsiderar a utilização das luzes brancas nas zonas residenciais e principalmente as que incidem sobre as casas, e substituí-la pela luz amarela. Não sendo possível fazer isso imediatamente, eu venho perguntar se é possível desactivar o candeeiro que incide sobre a minha casa, especialmente; eu só posso falar do meu caso evidentemente, pois se eu antes era o único beneficiário daquela luz amarela e suave que não incomodava, que incidia sobre a minha casa, agora sou o único prejudicado com a utilização desta luz. Eu presumo, pois não estava em casa quando foi feita a substituição, que isto está a ser feito pela E-REDES, não sei se há maneira de articularmos isto, mas esta é a questão que deixo em cima da mesa e saber se é possível de facto fazer alguma coisa em relação a esta luz que agora está a destruir a minha paz aqui no Salão. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Luís Filipe Alves**, de Cerdeira para referir que “antes de mais, quero pedir a vossa compreensão por mais uma vez poder demonstrar a minha indignação sobre um processo transversal a várias presidências e que, dada a sua particularidade, ainda não prescreveu. Quero ainda esclarecer que, embora eu não tenha sido admitido no recurso, sou credor noutro processo de parte da indemnização que o Senhor Carlos Afonso irá receber brevemente do município. Ambos os processos tiveram em comum a implantação da “Estrada da Discórdia” admitida e resolvida parcialmente pelo Engenheiro Rui Silva, na qualidade de presidente da Câmara, e apesar de comprovada em Tribunal, ainda não foi admitida pelo actual Executivo. Sobre este facto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Arganil nada contrapõe e numa clara falta de imparcialidade prioriza opiniões infundadas e desrespeitosas em detrimento de opiniões sobre a falta de ética das expropriações a custo zero e sobre o despudor das mentiras omissas ou explícitas proferidas nesta Assembleia. Sobre este tema quero partilhar o seguinte: há tempos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, no programa humorístico “Isto é Gozar com quem Trabalha”, foi ridicularizado por abandonar temporariamente a sala de reuniões depois de ter sido acusado de mentir por uma deputada municipal. Eu, quando fui acusado de mentir, apresentei provas documentais aos líderes partidários. E quando o Senhor Presidente da Câmara de Arganil foi acusado de mentir, não teve pejo em denunciar tão inédita calúnia ao Ministério Público. Sinceramente, não deixa de ser irónico que o denunciante seja a mesma pessoa que nunca assumiu a invasão de uma propriedade privada para lá construir uma obra pública. E que nunca assumiu que o município foi condenado, chegando a citar que a sentença transitou em julgado e absolveu o município, para,



Assembleia Municipal

noutra reunião, citar o seu contrário. Isto é, não há nenhuma sentença transitada em julgado. Isso sim, é mentira e, portanto, é uma interpretação criativa.-----

-----Interpretação criativa ou não, o facto é que o município foi condenado e, uma vez que não procedeu à liquidação da indemnização, houve a necessidade de instaurar um processo de cobrança coerciva para a reclamar. Aliás, tenho a informação que, alguns milhares de euros depois, terminou no mês passado o prazo para o relatório parcial do incidente de liquidação ter sido entregue no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Já concluído, e sem hipótese de recurso, ao Senhor Presidente da Câmara, resta fazer uma introspecção, liquidar a indemnização avaliada pelos peritos e arcar com as consequências. Trata-se, pois, da vitória do Estado de Direito, da vitória da realidade sobre a fantasia e da vitória da verdade sobre a manipulação dos factos.-----

-----Quanto às obras da estrada da discórdia, já com “n” aluimentos, o que pode ser considerado crime de violação das regras de construção previsto no artigo 277º do Código Penal, não é segredo nenhum que continuam paradas há quase um ano, desvalorizando ainda mais a zona envolvente. Já não bastava a falsa e irresponsável implantação da faixa de reserva ecológica nacional e a ilegal expropriação a custo zero, que no meu caso ainda persiste.-----

-----Quase a finalizar, e perante uma questão aqui levantada, não posso deixar de comentar o que foi dito sobre indemnizações e que vou citar. *Nas servidões administrativas relacionadas com colectores de esgotos, as indemnizações são uma obrigação legal e, como tal, a autarquia deve honrar religiosamente os seus compromissos após a decisão dos peritos.* Fim de citação. Será que só com os esgotos é que as indemnizações são uma obrigação legal? E quanto aos peritos, no caso de Etar da Cerdeira, a pressa era tanta que nem houve tempo para os contactar? Será que o interesse político partidário era outro? Quanto à expropriação a custo zero, mais uma vez a obrigação legal foi omitida, sugerindo apenas que o problema deixaria de existir caso eu doasse o restante terreno ao município. Esta perplexidade só pode ser equiparada ao conselho quase paternal que a litigância, a existir, deveria ser com quem me vendeu o terreno. Isto sim, isto é que é uma interpretação criativa. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer “relativamente à primeira Interpolação do Pietro Romani, dizer e confirmar que efectivamente tem havido um conjunto de interações com a Junta de Freguesia de Arganil, no sentido de fazer uma intervenção naquela via e particularmente de execução de uma calçada. É um processo que, em termos internos, está em fase de projecto e, portanto, é algo que temos vindo a trabalhar em conjunto. Sobre a questão dos ledes e da substituição das luminárias de vapor de sódio ou de vapor de mercúrio, que ainda há algumas, as de vapor de mercúrio são as brancas, as de vapor de sódio são as amarelas, para ledes, trata-se objectivamente de algo que ultrapassa aquilo que é a esfera da intervenção dos municípios. Há um conjunto de obrigações que



Assembleia Municipal

foram fixadas, que foram determinadas por parte de vários governos, no sentido de ser cumprida uma transição numa primeira fase ambiental, ou seja, naquilo que tem a ver com a retirada de todas as lâmpadas de vapor de mercúrio, que como saberão boa parte dos presentes, trata-se de algo muito poluente e muito nocivo para a saúde pública; o vapor de mercúrio, particularmente quando há quebra de lâmpadas, é um prejuízo crítico para a saúde pública. Há depois um compromisso de eficiência energética que foi também transferido por parte do Estado para o concessionário relativamente ao que tem a ver com a eficiência energética. Este é o enquadramento formal, mas aquilo que acabou aqui de dizer relativamente ao impacto dos ledes brancos é algo que nos tem sido também transmitido, que temos reportado, de que temos dado nota à E-REDES, que é o concessionário na quase totalidade dos municípios nacionais, há apenas pouco mais de uma dezena no continente que estão fora da concessão de situações antigas, mas a generalidade dos municípios estão dentro desta mesma concessão, todos os municípios ou a generalidade dos municípios têm vindo a ser confrontados com um conjunto de reclamações desta natureza porque efectivamente em alguns casos, em algumas situações, se trata de uma luz muito agressiva e de reclamações como aquela que referiu, de perturbar o sono, pessoalmente não tenho competência para avaliar as consequências do ponto de vista da saúde pública, mas o impacto no sono tem sido reportado por muitas pessoas. E tudo aquilo que disse é algo que facilmente acompanho sem nenhuma reserva e me associo plenamente. Coisa diferente é aquilo que é a nossa capacidade de intervenção. Nós temos uma capacidade de intervenção simples, no sentido de dizer à E-Redes esta luminária nós queremos desligar e a E-Redes desliga e, portanto, no limite existirá sempre essa solução, dizer-lhes que não, aqui não queremos ledes brancos, queremos ledes amarelos. É algo que nos tem sido respondido de uma forma sistemática como sendo inviável e, portanto, não tenho grandes dúvidas que vai haver aqui um período de transição, em que reclamações como aquela que deixou, evidências como aquelas que também aqui relatou já de relatórios científicos relativamente às consequências deste tipo de luz, que haverão de ter também a sua consequência passo a redundância na definição de normas e de regras relativamente à utilização deste tipo de iluminação, mas volto a dizer, já fizemos várias tentativas, em outras situações, para ser colocado outro tipo de LED, para a LED de luz menos agressiva e portanto dentro daquilo que é a gama de variação de luz fria, de luz quente, mesmo em LED já há um conjunto de soluções mais amigável para cumprir aquilo que aqui veio dizer, o que é certo é que também temos esbarrado numa parede intransponível. Nós podemos efectivamente, sendo essa a solução final, solicitar a desactivação do LED. Será, no fundo, como também aqui percebi, a solução de último recurso. Mas vamos aproveitar também a sua intervenção e particularmente as questões de base científica que aqui deixou para também reportarmos esta temática mais uma vez à E-Redes. Volto a dizer, ela tem sido reportada de forma reiterada e também de forma reiterada incompreendida por parte da E-redes.-----



Assembleia Municipal

-----Relativamente à intervenção do Senhor Luís Filipe Alves, dizer que tanto quanto é do meu conhecimento, não houve recepção de nenhuma notificação por parte do Tribunal e portanto como já tive a oportunidade de dizer em outras situações não há negociações paralelas; quando vier uma decisão judicial, ela será cumprida como o município tem por apanágio, que é cumprir as decisões judiciais. Relativamente às questões que referiu sobre a questão na Cerdeira, honestamente não percebi muito bem onde é que quer chegar, dizer apenas e reconhecer que há uma situação de alguns anos relacionada com a passagem de um colector, sendo necessário fazer a avaliação dessa servidão por parte de um perito, e ela está, entretanto em fase de execução. É o que tenho a dizer sobre estas temáticas. Obrigado.”-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “temos aqui umas propostas de pesar para apresentar.-----

-----Como é do conhecimento dos senhores deputados, faleceu recentemente o Dr. Carlos Maia Teixeira. Na altura o município de Arganil prestou-lhe a devida homenagem, sendo nosso dever associarmo-nos ao voto de pesar apresentado, recordando que foi um deputado activo, empreendedor e que pugnou pelo desenvolvimento do concelho, usando o poder da palavra e da ação nesta Assembleia. O Dr. Carlos Maia Teixeira exerceu a sua actividade no concelho como médico de medicina geral e familiar, com elevada competência, eficiência e dedicação. Tive o privilégio de privar muito de perto, nesta Assembleia, com o Dr. Carlos Maia Teixeira e, nessa condição, assistir a bons debates por si protagonizados, feitos com elevação e respeito por todos. Recordo de, no final de uma Assembleia, ter pedido a palavra para ler um lindíssimo poema da sua autoria, que versava o dever de gratidão e o dever de solidariedade que deveríamos ter sempre presentes na nossa ação. O Dr. Carlos Maia Teixeira, na sua área de ação, foi um grande impulsionador da instalação do Centro de Saúde de Arganil e empenhou-se em dotar o concelho das melhores condições de acesso aos cuidados de saúde, incluindo os Serviços de Urgência Básico. O Dr. Carlos Maia Teixeira pautou a sua vida pelo exercício do serviço público, pela defesa da liberdade, pela dedicação às causas sociais e por expressar nas relações um grande humanismo.---

-----Assim, esta Assembleia presta a mais sentida homenagem ao médico e ex-deputado, Dr. Carlos Maia Teixeira e apresenta à família as mais sentidas condolências.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para apresentar também um voto de pesar, tendo referido que “trata-se do falecimento do cidadão Daniel Marques Afonso, que foi um autarca social-democrata sempre eleito pela sua



Assembleia Municipal

freguesia, a freguesia de Pomares, foi secretário da Junta de Freguesia nos mandatos de 1980 a 1985 e foi Presidente da Junta no mandato de 1990 a 1993. Daniel Afonso trabalhou nesta terra como bancário, mas sempre dedicou grande parte do seu tempo aos problemas da sua terra, da sua freguesia. Por isso mesmo, enquanto Presidente, deixou uma obra notável, sendo a que merece mais realce, a recuperação do edifício que foi doado pela família da Marquesa de Pomares, hoje sede da Junta de Freguesia e onde está instalado o posto médico da Freguesia de Pomares. Peço pois que esta Assembleia manifeste este voto de pesar, guardando um minuto de silêncio para as duas personalidades.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, exarar um voto de pesar pelo falecimento de Dr. Carlos Maia Teixeira e de Daniel Marques Afonso e guardou um minuto de silêncio em memória de ambos.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “em primeiro lugar, quero dar-vos conta das reuniões que fiz em função daquilo que foi determinado na última assembleia, em relação ao estacionamento na vila de Arganil e aos atendimentos na Repartição de Finanças. Como estão bem recordados, fui incumbido, de fazer essas diligências; para não perder tempo, e para ser mais concreto, vou ler. Conforme ficou estabelecido na última reunião, a propósito do estacionamento irregular na Vila de Arganil e atendimento na repartição de finanças também de Arganil, foram de imediato marcadas reuniões com vista a conhecer os problemas levantados. Assim, em 10 de Janeiro, nas instalações da repartição de finanças de Arganil, reuniu o Presidente da Assembleia acompanhado pelo Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Bruno Costa, com o Senhor Director Regional e com o Senhor Chefe de Repartição de Finanças de Arganil; de registar que o senhor director regional de Coimbra fez questão de estar presente para conhecer o problema e para, a nível regional, prestar os esclarecimentos julgados necessários, facto que na altura tivemos a oportunidade de agradecer. Quanto ao esclarecimento sobre a situação levantada nesta Assembleia, foi dito que não tinham a percepção de que existissem queixas e que até tinham a convicção de que estavam a prestar um serviço eficiente. Que na verdade tinham conhecimento de queixas quando o atendimento era feito só por marcação prévia, mas que agora tudo estaria a funcionar regularmente e sem atritos. Quanto ao funcionamento da repartição por despachos superiores, estava definido do seguinte modo: da parte da manhã era atendimento, é atendimento sem marcação. Da parte da tarde, a partir das 12h30, atendimento por marcação. Mas no caso de ausência de marcações, o atendimento sem marcação, prosseguia. Adicionalmente, estão disponíveis outros canais de atendimento, nomeadamente o Web-balcão, que é o serviço online, e o Centro de Atendimento Telefónico, CAT. Foi também apresentado um novo procedimento para entrega de documentos, permitindo que os munícipes façam a entrega sem necessidade de aguardar atendimento ou agendamento prévio. Durante



Assembleia Municipal

2024, os atendimentos na repartição ultrapassaram os 5.000, com uma média de 20 pessoas por dia. Quanto ao pessoal, registam uma redução de 9 funcionários para 6. A nossa conclusão é a seguinte. Reconhece-se o empenho e a disponibilidade demonstrada pela repartição de finanças de Arganil, em particular do chefe de repartição e do director regional, em cumprir com eficiência os procedimentos que agora foram determinados à instituição. Contudo, na conversa que tivemos, não excluem a possibilidade de que um munícipe, num momento ou outro, não concorde com a forma como foi atendido por determinado funcionário, ou por ter sido menos diligente, ou por ser mais exigente, exigir mais documentação, mais esclarecimentos. Mas têm a certeza que essa não é a regra e que estarão atentos de futuro, a qualquer situação. Esta é a situação da repartição de finanças. Em resumo, foi importante termos tido esta reunião para fazer um ponto de situação e por isso agradecemos o assunto ter sido levantado nesta Assembleia.-----

-----Quanto ao estacionamento irregular, aqui há um problema diferente que ainda está pendente. Já fizemos duas reuniões com a GNR e com representantes da própria CIM, há aqui problemas na tramitação processual, ou seja, há efectivamente Autos que são levantados pela Guarda Nacional Republicana e, como sabem, a ação contra-ordenacional foi cometida à CIM. Seria o Presidente da Câmara, mas houve delegação dessa competência na CIM, que é quem aplica as coimas. Como resultado, a maior parte dos processos não chega à CIM. Dou um exemplo: No ano passado foram levantados 136 autos, por estacionamento irregular, devidamente registados e demonstrados, mas só entraram 29 na CIM. Portanto, no caminho há um circuito que não conhecemos, mas que vamos tentar saber, dado que poderemos estar em presença de processos que podem prescrever, de denegação da justiça, de quebra de autoridade. E ainda bem que o assunto foi levantado aqui, porque isto vai ter que ser resolvido e vamos ver todas as vias para ser escarpelado o assunto. No entanto, também vos digo que em relação a estes estacionamentos irregulares, têm chegado à Assembleia várias fotografias que mostram que nos locais onde se estaciona irregularmente as mesmas pessoas continuam a estacionar lá. É um problema que temos, é uma falta de respeito, é uma falta de educação que, efectivamente, continua a verificar-se. E depois, daqui a uns dias, há-de acontecer que, por força do assunto ter sido aqui abordado na Assembleia, a GNR vai para a rua e levanta depois Autos, a torto e a direito ou vem alguém de fora para o fazer e depois a “culpa” é da Assembleia que levantou o problema, ou é da GNR que fez fiscalização. Portanto, os prevaricadores acho que deviam ter um pouco mais de consciência. Em relação a este assunto, à GNR e ao estacionamento, continuamos com as diligências e darei depois nota dos resultados.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para referir que “é com muito gosto que inauguro o púlpito; gostaria de cumprimentar todos os presentes, os nossos telespectadores ou visionadores de qualquer forma, e congratular-me com esta forma de levar a todos os que estejam interessados, os trabalhos desta



Assembleia Municipal

Assembleia. Hoje, gostaria de destacar um marco significativo para o futuro de Arganil: a assinatura, no passado dia 14, do auto de consignação para a construção de 29 apartamentos na Av. Nossa Senhora do Mont'Alto, em Arganil. Este projecto, que é parte do Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis, representa um passo decisivo para garantir que os nossos jovens e famílias com rendimentos médios possam construir um futuro próspero na nossa terra.-----

-----Com um investimento de mais de 4,5 milhões de euros, financiado pelo PRR, esta empreitada, com conclusão prevista para 2026, é fruto de um trabalho minucioso e colaborativo, do Município, com o apoio da CIM-RC e do IRHU, que já aprovaram e validaram o projecto.-----

-----Serão construídos três edifícios modernos, com tipologias de T0 a T3, destinados a arrendamento a preços acessíveis, rompendo com a barreira que impede muitas famílias de aceder a habitação no mercado tradicional. É, realmente, uma resposta pioneira e inteligente às necessidades das nossas famílias, uma vez que o Município está a tentar colmatar uma falha que a iniciativa privada não está a conseguir fazer.-----

-----Este investimento representa um marco fundamental para fixar população em Arganil, especialmente as gerações mais jovens. Ao disponibilizar habitação de qualidade a preços comportáveis, criamos condições para que mais pessoas escolham o nosso concelho para viver.-----

-----De acordo com aquilo que foi dado a conhecer, através das comunicações do Município e veiculado por diversos órgãos de comunicação regional e nacional, o projecto destaca-se também pela sua vertente sustentável. Verifica-se que foram incorporadas as mais recentes tecnologias de eficiência energética, com sistemas de isolamento que garantem conforto e poupança nas facturas mensais, assim como sistemas de aproveitamento solar.-----

-----Simultaneamente, e com particular atenção à inclusão, toda a construção foi pensada para ser acessível a todos os moradores, eliminando barreiras arquitectónicas e garantindo acesso universal a todos os espaços.-----

-----Este Parque Habitacional materializa a visão e é um símbolo daquilo que o Município pretende para o futuro de Arganil: um concelho que cuida dos seus habitantes e que cria soluções reais para as necessidades da população. Não resolve tudo mas é um passo concreto; é um investimento no presente que construirá um futuro mais próspero para toda a comunidade.-----

-----Gostaria ainda, para terminar, de aproveitar a oportunidade para questionar o Senhor Presidente da Câmara acerca da questão dos imóveis devolutos, no centro da vila de Arganil, que estariam abrangidos por esta iniciativa, no início do processo e que deveriam ser adquiridos para reabilitação. Em que ponto se encontra esta situação?-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “antes de avançar com a minha intervenção, não posso deixar de destacar um momento



Assembleia Municipal

importante para a democracia local: a transmissão online, em directo, desta sessão da Assembleia Municipal. Esta é a concretização de uma moção apresentada pelo Partido Socialista de Arganil, que defendia precisamente este avanço.-----

-----Pela primeira vez, todos os cidadãos que, por qualquer motivo, não podem estar fisicamente presentes, têm agora a oportunidade de acompanhar os trabalhos desta Assembleia em tempo real. Este é um passo fundamental para reforçar a participação cívica e aproximar a política da população. Trata-se de um verdadeiro compromisso com a transparência e um sinal de respeito pelos munícipes.-----

-----Faço votos de que esta iniciativa se estenda também às reuniões de Câmara, garantindo que mais momentos da vida política local sejam acessíveis a todos.-----

-----Venho mais uma vez, trazer a esta Assembleia um problema grave de saúde pública: a qualidade das águas das Barrocas, no Sarzedo, particularmente as águas provenientes da Zona Industrial da Relvinha, directamente relacionadas com o funcionamento da ETAR dessa mesma zona.-----

-----Este é um tema que tem sido discutido desde Junho de 2023. Estamos agora em Fevereiro de 2025. Quase dois anos se passaram e a situação continua sem solução!-----

-----Senhor Presidente, exigimos uma explicação clara: **porque é que este problema ainda não foi resolvido?**-----

-----O verão aproxima-se e, como sabemos, as temperaturas elevadas agravarão ainda mais a situação. O concurso para a requalificação da ETAR já foi lançado? Já foi adjudicado? Se não, porquê?-----

-----Não podemos continuar a tolerar esta inércia face a um problema tão grave, que põe em risco a saúde das populações e o meio ambiente. Será incompetência? Falta de vontade política?-----

-----Agradeço que o Senhor Presidente nos preste esclarecimentos claros sobre esta situação.-----

-----Volto hoje a trazer o tema do **Teatro Alves Coelho**, depois de o ter levantado na última reunião. Na altura, ficámos a saber que **ninguém** nesta Assembleia tem conhecimento concreto sobre o projecto aprovado em 2021, que entretanto terá sido actualizado.-----

-----O Senhor Presidente garantiu-nos repetidamente que o projecto não era segredo e que enviaria de imediato o respectivo link para que pudéssemos analisá-lo. No entanto, a última reunião desta Assembleia realizou-se a **7 de Dezembro de 2024**, e até hoje **não recebemos qualquer informação**.-----

-----Afinal, **o projecto está mesmo no segredo dos deuses!**-----

-----Gostaria que nos explicasse, de forma clara, **porque é que esta informação não nos foi facultada, apesar do compromisso assumido?** O direito de acesso à informação não é uma concessão – é um dever que lhe assiste! Infelizmente, esta não é a primeira vez que tal acontece, e não posso aceitar que continue a repetir-se.- Além disso, peço que esclareça **de uma vez por todas** quais são os planos concretos para o **Teatro Alves Coelho**, e que confirme se o contrato existente com a



Santa Casa da Misericórdia para o início das obras de requalificação **termina no final de Abril**, significando que restam **pouco mais de dois meses** para dar início às obras.-----

-----Em **2021**, questionei o Senhor Presidente sobre a estratégia do Município de Arganil para atrair novas empresas para a **Zona Industrial da Relvinha**. Na altura, garantiu-nos que **havia uma estratégia** e que um **plano estava a ser ultimado** para ser divulgado e comunicado.-----

-----Pois bem, **quatro anos passaram. Onde está esse plano?**-----

-----Até hoje, não tivemos acesso a qualquer documento, nem assistimos a **nenhuma ação concreta** para promover ou captar empresas, indústrias ou projectos. Não houve:-----

---Divulgação em meios especializados;-----

---Presença do Município em feiras industriais ou tecnológicas;-----

---Protocolos com institutos ou entidades para atrair start-ups e recursos humanos qualificados.-----

-----Também não foi criada uma área dentro da **Zona Industrial** com **pavilhões prontos a receber empresas**, como acontece noutros concelhos do país, onde são disponibilizados espaços equipados para facilitar a instalação de novos negócios e atrair investimento.-----

-----A **realidade é simples: não há estratégia nenhuma**. Se houvesse, o Senhor Presidente **já a teria apresentado e implementado**.-----

-----O único facto concreto é que, até agora, **apenas uma empresa se instalou na Zona Industrial da Relvinha**, e mesmo essa **já existia no concelho** e apenas mudou de localização. Além disso, o Município colocou **lotes de terreno à venda e não apareceram interessados**.-----

-----Gostaria ainda de recordar uma afirmação sua, feita em Dezembro de **2022**: “Atendendo à ampliação da nova Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha, estimamos que em 5, 6 anos, tenhamos mais de 1.000 pessoas a trabalhar em Arganil.”-----

-----Senhor Presidente, **mais de um terço desse prazo já passou, e os resultados são inexistentes**.-----

-----Por isso, pergunto-lhe: **o que pensa realmente fazer com a Zona Industrial da Relvinha?**-----

-----Nas últimas eleições legislativas, realizadas em **Março de 2024**, o concelho de Arganil tinha **9.805 eleitores inscritos**, ficando **abaixo da marca dos 10.000 votantes**.-----

-----Se esta tendência se mantiver, **nas próximas eleições autárquicas enfrentaremos mudanças significativas**:-----

- O Executivo Municipal passará a ter **apenas 4 vereadores e o Presidente**;-----
- A Assembleia Municipal verá o número de deputados reduzido para **15**;-----
- Haverá ainda **um impacto directo nas receitas do Município**, com uma diminuição dos fundos recebidos.-----



Assembleia Municipal

-----Perante este cenário, pergunto ao Senhor Presidente:-----

-----1 - **Quantos eleitores estão actualmente registados no concelho de Arganil?**-----

-----2 - **Que medidas têm sido tomadas para contrariar este decréscimo e evitar um retrocesso para o nosso concelho?**-----

-----Este é um tema **estrutural e urgente**. A redução do número de eleitores **não é apenas um dado estatístico**, mas um reflexo directo da perda de população e da capacidade do concelho em fixar e atrair novos residentes.-----

-----Esperamos respostas concretas e, acima de tudo, ações eficazes para garantir que Arganil **não perca representação nem recursos essenciais ao seu desenvolvimento**.-----

-----No passado mês de Janeiro, tivemos conhecimento da decisão da **ULS Coimbra** de deslocar utentes sem médico de família, colocando-os numa situação de desvantagem em relação aos restantes utentes da **UCSP Arganil – Pólo de Côja**.-----

-----Após denunciarmos esta situação **nos meios de comunicação social e junto da Direção da UCSP Arganil**, verificámos que o Município reuniu com a **ULS Coimbra**, levando à reversão desta decisão. **Gostaria, por isso, de saber se a situação já se encontra verdadeiramente normalizada**.-----

-----Além deste problema pontual, há um problema estrutural que não pode ser ignorado: **o concelho de Arganil tem actualmente menos dois médicos do que deveria ter**. Os profissionais que se encontram ao serviço já possuem idade avançada e, num futuro próximo, **deixarão inevitavelmente de estar activos**.-----

-----Perante este cenário, pergunto-lhe:-----

1. **Que medidas têm sido tomadas para colmatar esta carência de médicos?**
2. **Existe uma estratégia definida para atrair novos médicos para o concelho?**-----

-----A escassez de médicos compromete **o acesso da população a cuidados de saúde essenciais**, pelo que este é um tema que exige **soluções concretas e urgentes**.-----

-----**HABITAÇÃO SOCIAL:**-----

-----O Município anunciou a construção de **29 apartamentos na Avenida Nossa Senhora do Mont'Alto, em Arganil**, no âmbito do Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis.-----

-----Pelas imagens divulgadas, parece-nos que os edifícios terão um **revestimento em madeira ou material semelhante**. **Pode esclarecer-nos qual será o tipo de material utilizado na construção destes apartamentos?**-----

-----Aproveito ainda para colocar algumas questões essenciais sobre o tema da habitação no concelho:-----

1. **Além destes 29 apartamentos, sabemos que está prevista a construção de mais 30 apartamentos na Rua Professora Irene Vasconcelos. Já existe um projecto ou imagens desses fogos que possam ser partilhados?**-----



Assembleia Municipal

2. **Relativamente à Casa dos Magistrados, já existe uma data definida para o início das obras?**-----
3. **Inicialmente, foi anunciado um total de cerca de 80 fogos no âmbito deste programa. Até ao momento, apenas foram apresentados projectos para cerca de 61 apartamentos. Quando está previsto o lançamento e adjudicação dos restantes imóveis?**-----
4. **Existe algum plano ou iniciativa direccionada para a recuperação de habitações devolutas ou degradadas? Este é um tema urgente, tendo em conta a quantidade significativa de imóveis devolutos, especialmente no centro de Arganil.**-----

-----Ao longo destes últimos quatro anos, temos alertado repetidamente para **obras e patrimónios construídos pelo Município de Arganil que permanecem sem qualquer utilização, sem estratégia definida e sem benefício para os munícipes e visitantes.**-----

-----Infelizmente, são inúmeros os casos que reflectem esta **falta de planeamento e gestão.** Destaco alguns exemplos:-----

- **Quinta do Dr. Urbano:** Desde 2021 que questiono o Senhor Presidente sobre esta obra. Perguntei se estava concluída e qual o seu destino. **Até hoje, nada foi feito.** O espaço continua sem qualquer utilidade, resultando num evidente desperdício de dinheiro público. **É inadmissível que um investimento desta dimensão esteja inutilizado.**-----
- **Edifício do Restaurante do Parque de Campismo do Sarzedo:** Construído pelo Município e **há vários anos sem qualquer utilização. Porque continua este espaço abandonado? Porque não é atribuído um uso que beneficie o concelho?**-----
- **Espaço da Antiga Cerâmica:** O bar de apoio está **encerrado há anos**, sem que se veja qualquer iniciativa do Município para lhe dar nova vida. Sabemos bem a **postura que a autarquia tem assumido** em relação aos empreendedores que investiram naquele local. O resultado está à vista: **um espaço abandonado e sem qualquer perspectiva de reactivação.**-----
- **Edifício contíguo à piscina municipal:** Desde a sua construção, apresenta **graves problemas de humidade**, sem que tenha sido encontrada uma solução. Quem sobe ao primeiro piso encontra **chapas de zinco improvisadas** sobre as passagens dos edifícios – um cenário verdadeiramente surreal. A icónica **chaminé do edifício está coberta de ervas**, um reflexo claro do total desmazelo do Município.-----
- **O “auditório”** – e digo “auditório” entre aspas porque **nem sei que nome lhe atribuir** – continua a ser um espaço **sub-aproveitado e com vários problemas estruturais.** Além disso, **a sauna e o banho turco permanecem encerrados há anos**, sem qualquer justificação nem previsão de reabertura.--

-----Senhor Presidente, **é este o respeito que o Município tem pelo seu património e pelo dinheiro público?** Obras construídas e depois esquecidas,



Assembleia Municipal

equipamentos ao abandono e espaços que poderiam servir a população, mas que permanecem inutilizados.-----

-----Perante esta situação, exigimos **respostas concretas**:-----

---**O que pretende fazer para reverter este cenário?**-----

---**Qual o plano do Município para garantir que estes espaços são finalmente utilizados e colocados ao serviço da comunidade?**-----

-----A degradação do património e o desperdício de recursos não podem continuar a ser a marca da gestão do nosso concelho.-----

-----Tivemos conhecimento de que existe uma forte probabilidade da instalação de um parque fotovoltaico nos terrenos situados atrás da zona industrial da Relvinha, abrangendo a área desde a empresa Ecopipe até à rotunda do Sarzedo.-----

Gostaria de questionar o executivo municipal sobre esta situação. Tem conhecimento deste projecto? Caso se venha a concretizar, qual é a posição da Câmara Municipal sobre esta instalação e quais os impactos esperados para a comunidade?-----

-----Se esta informação não for ainda do conhecimento do executivo, aproveito a presença do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo e peço que nos esclareça se há alguma confirmação oficial ou se estamos apenas perante rumores.

-----Aguardamos o esclarecimento para melhor compreender o futuro desta área e os eventuais efeitos desta iniciativa.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para dizer que “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Cardoso, na sua pessoa cumprimento todos os membros presentes nesta Assembleia. Uma saudação também para todos os que aqui estão: jornalistas, funcionários, e público presente, também por via remota.-----

-----A razão da minha intervenção relaciona-se com a FICABEIRA, cuja próxima edição decorrerá entre 4 e 8 de Setembro próximos. Repito: entre 4 e 8 de Setembro próximos.-----

-----Vem esta reflexão, como imaginam, a propósito do recente anúncio que aconteceu em meados deste mês de Fevereiro, o qual deu conta da presença de dois sonantes nomes da música portuguesa no cartaz de animação nocturna da próxima FICABEIRA: o beirão e inconfundível Tony Carreira e a doce e irreverente Bárbara Bandeira. Perspectivam-se, evidentemente duas noites em cheio, pequenas multidões que acorrerão certamente ao nosso concelho, à nossa Vila, e que não deixarão de pagar o seu bilhete para assistir aos espectáculos destes dois artistas nacionais.-----

-----Creio que a atractividade do cartaz, a par do antecipado anúncio de nomes que o compõem, farão parte de uma estratégia de promoção e de reestruturação da FICABEIRA e que o executivo municipal em boa hora ousou empreender. No ano passado, todos assistimos às mudanças de configuração de espaços, com melhorias evidentes no espaço para refeições, assistimos à colocação de uma mega tenda que



Assembleia Municipal

acautela condições atmosféricas menos favoráveis, e testemunhámos a aposta num cartaz mais diversificado e inclusivo! Apostas ganhas, contudo, não nos iludamos: tudo tem um preço, e as melhorias implementadas, foram e bem (na minha opinião), balanceadas com a introdução de bilhética, que a preços acessíveis, ajudam a custear os investimentos que se impunham na orgânica da FICABEIRA. Outro preço a pagar é o que cada empresário ou proprietário de espaço comercial de forma absolutamente livre e consciente, aceita ou não para a sua empresa estar presente na Feira. Claro que todos desejamos que o tecido empresarial da região diga “presente!”, mas todos entendemos igualmente que a presença nos stands da Ficabeira deve ter um custo justo e que este discrimine positivamente as empresas com sede social no nosso concelho.-----

-----Senhor Presidente, senhores vereadores, caros colegas, arganilenses, vou ser pouco original e recorrer à célebre frase que há-de ser de alguém mas que não é de Einstein: “A definição de insanidade é fazer a mesma coisa repetidamente e ainda assim, esperar resultados diferentes”. Felicito o Município por querer continuar a apostar na nossa FICABEIRA, reconheço a dificuldade que é conciliar e harmonizar tradição com inovação e modernidade. Aceito e reconheço que as alterações introduzidas na Feira Industrial Comercial e Agrícola da Beira Serra podem consubstanciar uma renovação do conceito da mesma. Mas questiono-me se tal não significa tão simplesmente evolução. Dos gostos, das preferências, das escolhas do público. E questiono directamente o Senhor Presidente da Câmara, se nos consegue dar uma visão do que se perspectiva para a próxima Ficabeira e Feira do Mont’Alto, mesmo que apenas em termos de conceito, uma vez que ainda há mais de emio ano para a preparar. E a este propósito, não posso deixar de lembrar, com as devidas diferenças ressalvadas, que a Feira de maior sucesso deste género do nosso distrito se catapultou para uma dimensão supra-regional, precisamente porque fez este tipo de aposta há duas ou três décadas. Hoje, Cantanhede colhe os louros dessa mudança de paradigma.-----

-----Dir-me-ão: mas estamos a perder identidade. A nossa identidade não se perde dessa forma. À noite, o Santuário do Mont’Alto iluminado, sempre sorrirá para a nossa Feira. As primeiras pingas de Outono (e refiro-me, claro está, às pingas de água da chuva) sempre nos lembrarão que o Verão se despede e que uma época de recomeços se aproxima, mas acima de tudo, as pessoas, os arganilenses, serão sempre insubstituíveis, e o melhor de todo o cartaz da FICABEIRA. Muito obrigado.”-

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Dias** para fazer “uma pergunta muito simples, esta semana passei pela estrada para o Servo e Pereiro e fiquei horrorizado com a quantidade e proximidade dos eucaliptos ali mesmo em cima da estrada, bem como o estado do alcatrão. E queria perguntar apenas se está prevista alguma intervenção, porque mal venha o tempo quente aquilo parece-me ser bastante perigoso para as populações. Obrigado.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **Ricardo Pereira** para referir que “o tema que trago aqui hoje, é um tema que me apraz muito, como aficionado e praticante desta modalidade desportiva.-----

-----Saiu hoje, aliás, saiu esta semana, mais algumas informações sobre o retorno mediático do WRC Vodafone Rally de Portugal, que continua a afirmar-se como o maior evento desportivo e turístico realizado todos os anos em Portugal. 183,3 milhões de euros, mais 18,6 milhões (11,29%) em relação a 2023, foi o impacto económico estimado pelo Vodafone Rally de Portugal 2024, tendo-se dessa forma reforçado o relevo de Portugal como destino de referência no automobilismo mundial.-----

-----O evento gerou 93,67 milhões de euros em despesa directa por parte dos adeptos, equipas e organização nas regiões, sendo que 36% foram provenientes de visitantes estrangeiros, dos quais 25% visitavam pela primeira vez o país.-----

-----Estes são os dados de um estudo da Universidade do Algarve sobre o WRC Vodafone Rally de Portugal 2024, prova mãe do desporto motorizado português organizada pelo Automóvel Club de Portugal, em parceria com os municípios, que voltou a afirmar-se como um pilar estratégico da economia e do turismo nacional, impulsionando a projeção internacional e a coesão territorial. Realizado entre 9 e 12 de Maio, em 14 municípios das regiões Norte e Centro, o evento demonstrou um impacto transformador, conjugando desenvolvimento económico, valorização mediática e reforço da identidade territorial.-----

-----Ao longo dos quatro dias, a prova atraiu cerca de 1,2 milhão de assistências e a estadia média de 2,9 noites (3,2 noites para turistas estrangeiros) superou os valores habituais das regiões Norte (1,9 noites) e Centro (1,8 noites), contribuindo para a redução da sazonalidade do turismo e o prolongamento do impacto económico para além dos dias do evento.-----

-----Em termos de receita fiscal, o Estado arrecadou 22,6 milhões de euros, dos quais 13,6 milhões resultaram do IVA e 9 milhões do ISP. Esta verba representa 24,1% do impacto económico directo do evento, evidenciando a sua importância para a economia nacional.-----

-----O alcance mediático do Rally foi igualmente expressivo: o tempo total de transmissão televisiva foi de 873 horas e 15 minutos, com 90% desse tempo a ser transmitido em directo, em mais de 100 países, o que consolidou a posição entre os eventos mais relevantes do calendário desportivo mundial. Os mercados estrangeiros mais impactados pela transmissão foram Japão, Finlândia, Espanha, Itália, Reino Unido e Indonésia, aos quais se juntaram novos mercados emergentes como Turquia, Taiwan e Chile. A exposição mediática do evento euros (AVE - Advertising Value Equivalent), foi avaliada em 89,6 milhões de euros, reforçando a valorização de Portugal como destino turístico de grandes eventos desportivos.-----

-----A percepção da imagem de Portugal através das regiões envolvidas foi amplamente positiva, com 94,8% dos visitantes nacionais e 96,9% dos visitantes estrangeiros a classificarem o destino como "bom" ou "muito bom". O destino foi



Assembleia Municipal

classificado como bonito, verde, acolhedor, com destaque para a sua natureza e gastronomia. No que respeita à organização do rally, em que as Câmaras têm um papel muito importante, as palavras mais referidas foram “espectacular, organizado, adrenalina, emoção e convívio”. A maioria, cerca de 66% manifestou intenção de regressar no Inverno.-----

-----Neste país de assimetrias assumidas por ex-ministros, em que o interior continua esquecido de tanta coisa, ainda há autarcas e autarquias que investem na promoção das suas terras e das suas gentes. Não é apenas mais uma despesa no orçamento da autarquia. **O Rally de Portugal é um investimento.**-----

-----Estes dados, que só por si, são dados francamente positivos, e relembro aqui, que o nosso colega Deputado Christophe Coimbra já foi visado num comentário numa AM no passado para ser dito que “... o dia de São Rally e pouco mais era falta de ambição!”-----

-----Volto a lembrar que este e outros investimentos, são reveladores da visão e ambição deste executivo em levar o nome e a imagem de Arganil aos quatro cantos mundo. Digo e reafirmo, que o **Rally de Portugal é um investimento.**-----

-----Parabéns ao Dr Luis Paulo Costa e ao seu executivo por continuarem, como os famosos cabeçudos beirões, a defender o nosso concelho, a **investir** neste concelho, a levar o nome de Arganil aos quatro cantos do mundo. Esperemos que no futuro, o Rally de Portugal continue a passar e parar em Arganil. Pois, Arganil tem Futuro, de preferência com Rally. Por fim, e para terminar, dou os parabéns à União de Freguesias de Côja e Barril de Alva pelo encontro de Ferraris; eis é um belo exemplo de mais um investimento na divulgação da nossa beira-serra através dos automóveis e a todos os aficionados. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Dora Lemos** para dizer que “por uma questão de respeito e consideração por esta Assembleia Municipal, a todos os presentes, gostaria de justificar a minha repetida ausência nesta Assembleia Municipal. Desde Abril de 2024, que sou motorista profissional de pesados, internacionalmente, e infelizmente, quando são marcadas as assembleias, encontro-me fora do país, portanto não posso estar presente. Quero aproveitar estar a falar sobre esta minha profissão e ser mulher, pois vamos ter o Dia Internacional da Mulher e gostava aqui de sinalizar e deixar um apreço a todas as mulheres que têm a coragem de exercerem os seus sonhos, que foi o meu caso. E desejar muita força a todas as mulheres, independentemente do preconceito e desigualdade que ainda continua a existir aqui no nosso Portugal; devem sempre fazer aquilo que querem fazer, portanto irem aí na busca daquilo que se desfaz pessoalmente e profissionalmente. Eu tinha aqui pensado falar sobre a questão da saúde, os médicos de família, mas a bancada do PS já falou e muito bem, mas gostava de reiterar quais as perspectivas, quais as medidas é que o município está a pensar ou está a fazer para combater a falta de médicos de família no nosso concelho. Obrigada.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra a senhora deputada **Helena Dias** para referir que “hoje virou-se uma página na Assembleia Municipal de Arganil e ainda bem que assim é.-----

-----E é ao grupo municipal do Partido Socialista que fica desde hoje a dever-se a possibilidade que se abre a todos os arganilenses e demais cidadãos de puderem seguir em directo e em tempo real as sessões plenárias da Assembleia Municipal de Arganil.-----

-----Foi sob proposta da nossa bancada que à semelhança do que já se passa há anos nas maiores Assembleias Municipais do país, que as questões aqui discutidas, aprovadas ou rejeitadas em nome das populações são finalmente objecto de um escrutínio mais directo, atempado e rigoroso.-----

-----Mas é também ao deputado municipal da CDU e à maioria dos deputados municipais do PSD, que honra lhes seja, se deve também este avanço democrático que hoje aqui testemunhamos com apreço. Porque nos acompanharam nesta moção votando-a favoravelmente. Foi bonito Senhoras e Senhores Deputados. Esta é do meu ponto de vista a boa política, aquela que arregimenta as boas soluções independentemente das cores políticas que nos inspiram, porque em última análise é para isso que cá estamos todos, prosseguindo sempre e última análise o interesse das pessoas.-----

-----Permitam-me que, nesta data, recorde o nosso saudoso camarada e deputado municipal do PS, Eng. Fernando Vale, grande entusiasta desta nossa proposta, para que a mesma tivesse acolhimento e pudesse avançar para bem dos valores que sempre aqui defendemos. Entendo eu que a melhor homenagem que podemos fazer àqueles, que como ele, tanto nos inspiraram nos valores de Abril é tudo fazer para continuar a lutar pelos seus ideais que também são os nossos.-----

-----Quando há quase um ano trouxe a esta Assembleia para apreciação e votação das Senhoras e Senhores Deputados a moção de proposta do PS das transmissões on-line das sessões da assembleia municipal de arganil, lembro-me de ter usado na altura como principal argumento, a necessidade de trazer as pessoas de volta à política, entendida esta como valor supremo de defesa dos interesses das populações, e da causa pública.-----

-----O afastamento das pessoas, o desinteresse manifesto por desilusão progressiva com as soluções, ou, muitas vezes, a falta delas, por parte dos governantes às várias escalas da administração pública, e o que já se começava então a revelar em matéria de escolhas políticas com manifestos e progressivos laivos de populismo e tiques de extrema direita, com tudo o que isso representa como nos mostra a história dos povos, era já então francamente preocupante.-----

-----Tempos passaram e lá de fora vêm cada vez mais sinais, tantas vezes contagiantes cá dentro, como bem sabemos, do que este afastamento das pessoas das decisões políticas que lhes assistem trazem consigo. Populismo, ódio, discriminação e miséria social.-----



Assembleia Municipal

-----Mais do que nunca cabe-nos, aos partidos da liberdade e da democracia, tudo fazer para que os velhos tempos que parece que querem de novo assombrar-nos não tenham lenha para arder.-----

-----Para isso temos de trazer de novo as pessoas para a política, na sua melhor versão, interessá-las, informá-las, ouvi-las na resolução dos problemas que são os seus e as afligem no dia a dia.-----

-----Quem está no convento é que sabe o que lá vai dentro, diz o povo com toda a sua sabedoria. Pois bem os arganilenses vão poder a partir de hoje saber em primeira mão e em directo tudo o que se passa nesta casa, sabendo naturalmente que nem tudo é possível, mas sabendo também que quem cá está, pelo menos da parte da bancada do partido socialista, tudo fará para que se faça pelo menos o caminho.-----

-----Espero por isso e confio que esta nova era de abertura da nossa política local, aproxime os arganilenses da causa pública, em prol de uma mais saudável cidadania.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Nunes** para dizer que “gostaria de cumprimentar todos os presentes na figura do Senhor Presidente. A bancada do Partido Socialista gostaria de apresentar aqui hoje uma moção que tem como âmbito a implementação de um orçamento participativo e de um orçamento participativo jovem no concelho de Arganil. Sabendo que a mesma não consta das ordens de trabalho, gostaríamos de deixar aqui hoje à consideração da Assembleia, se quer levar a votação, como já aconteceu com outras moções, ou se por outro lado quer levar esta moção a votação na próxima Assembleia, onde já poderá constar na ordem de trabalhos. Este tema não é novo, já o tínhamos abordado na primeira Assembleia, mas hoje faz sentido trazê-lo sobre a forma de moção, porque a semelhança das transmissões online da Assembleia Municipal é uma forma de envolver e trazer os cidadãos para a participação política activa.-----

-----Gostaria então de ler a Moção.-----

Moção Orçamento Participativo, instrumento para dar voz e poder às pessoas.

---"O primeiro Orçamento Participativo do mundo surgiu em Porto Alegre, no Brasil, em 1989, de forma a dar solução a uma crise de democracia representativa. Desde então, foi alastrando primeiro tempo do Brasil, de seguida pela América Latina, (onde ainda hoje tem grande expressão) e posteriormente difundindo-se um pouco por todo o mundo.-----

---Nesta expansão pelo mundo, Portugal foi não só um dos países pioneiros, por intermédio da Câmara Municipal de Palmela, em 2002, mas também o segundo país da Europa com o maior número de orçamentos participativos, só batido pela Polónia. Neste momento, a Europa já tem 39% dos orçamentos participativos conhecidos no mundo.-----



Assembleia Municipal

---O facto deste mecanismo de participação dos cidadãos ter surgido e ramificado numa fase inicial em países com fortes debilidades democráticas ou com elevados níveis de corrupção, pode manchar eficácia ou importância do mesmo. No entanto, um orçamento participativo na América Latina ou em África não tem os mesmos objectivos que um orçamento participativo num país desenvolvido com os mecanismos de escrutínio, país esse com direitos e liberdades assegurados, nomeadamente Portugal. Enquanto os primeiros comprometem-se a combater a corrupção e a desigualdade social, um orçamento participativo para nós tem como objectivo fomentar a participação dos cidadãos e um estreitar de laços entre a população e as instituições.-----

---Segundo a European Social Survey, nas penúltimas eleições legislativas, a probabilidade de uma pessoa na casa dos 70 anos ter votado era de 80%, mas se fôssemos para a casa dos 18 anos, essa probabilidade já baixava para os 30%. E esta tem sido a tendência, apenas contrariada no último acto eleitoral. Sendo, portanto, óbvio que é necessário fazermos mais para chamar as pessoas a uma participação activa, especialmente das gerações mais jovens.-----

---O poder na população não se pode findar no fim de um acto eleitoral, após terem elegido o Executivo que o melhor os representa. Temos de dar esse poder ao longo de todo o mandato. De forma a dar efectividade e continuidade à descentralização de poderes, a descentralização de poderes não será suficiente estar próximo da comunidade e deixar que ela faça o seu balanço actual no próximo acto eleitoral. Temos de chamá-la a participar, envolvê-la, dar-lhe o poder sobre a alocação de alguns recursos, quanto mais não seja, sobre a forma de parecer. Isto, porque um orçamento participativo, pode ser consultivo ou deliberativo.-----

---De forma a trazer os jovens desde cedo ao exercício da cidadania, a uma participação activa na sociedade surgiu também em 2006, em São Brás de Alportel, o primeiro Orçamento Participativo Jovem de Portugal. Desde então, dado o seu sucesso, tem vindo a ser replicado em vários outros municípios, muitas vezes numa parceria entre as escolas e o município.-----

---A implementação de um Orçamento Participativo é, na visão do Grupo Municipal do Partido Socialista, uma forma de efectivar dois dos três desígnios de Abril de 74. (os três D's - Democratizar, Descolonizar e Desenvolver). Democratizar, uma vez que estamos a descentralizar e a chamar a comunidade para a participação activa na causa pública. Desenvolver, porque estamos a desenvolver o município em função daquilo que são as reais necessidades e anseios da comunidade e não em função daquilo que nós achamos ser.-----

---Em suma, considerando o orçamento participativo serve um propósito num país como Portugal completamente diferente daquele que esteve na sua génese, na América Latina, considerando também que o orçamento participativo promove o engajamento cívico dando voz à comunidade, sendo uma ferramenta democrática e transparente, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia



Assembleia Municipal

Municipal de Arganil reunida, nesta sessão ordinária, ou numa próxima, como disse, delibere e aprove:-----

---1 - a implementação de um Orçamento Participativo de carácter deliberativo no município de Arganil;-----

---2 - a implementação de um Orçamento Participativo Jovem com carácter deliberativo no município de Arganil.”-----

-----Muito obrigado.-----

-----Também agradeço mais uma vez à senhora deputada Dora Lemos pela cedência do tempo.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “em relação a essa Moção, gostaria de dizer o seguinte: como ela não faz parte da ordem de trabalhos e como muito bem sugeriu, penso que deveria ser votada na próxima Assembleia, para todos estarem devidamente preparados, para lerem, sabendo do que se trata e participarem e darem a sua opinião.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas e dizendo que “vou tentar fazer com objectividade e provavelmente não conseguirei responder a todas, tentarei responder às mais importantes.”-----

-----Sobre a intervenção da deputada Maria José Silva e naquilo que diz respeito à habitação a custos acessíveis, apenas completar a informação, que serve para responder também a outras questões; efectivamente, para além deste empreendimento na Av. Senhora do Mont’Alto, que considera 29 apartamentos, a questão que referiu da eficiência energética, do princípio de não prejudicar significativamente, são pressupostos do programa, sem cujo cumprimento não há financiamento e portanto isso é algo que é muito crítico neste processo. Temos também em processo de conclusão de projecto de execução mais um lote de 30 apartamentos, também de construção nova, num espaço próximo da Cerâmica, na Rua Irene Vasconcelos. E temos então o tal conjunto de imóveis devolutos que partiu de uma lista que constava do Plano de Ação para a Regeneração Urbana, do PARU, e que, identificados como carentes de intervenção que foram, essa lista foi o nosso ponto de partida, com uma avaliação inicial efectuada pela metodologia do IRU, com uma avaliação subsequente realizada por um perito qualificado inscrito na lista dos tribunais e inscrito na CMVM. E desse processo resultou depois da articulação com vários proprietários, que se a memória não me falha, inicialmente era um conjunto de 30 imóveis devolutos, resultou já numa parte final em nove que estão actualmente ainda na equação e que permitiriam a adaptação para 20 apartamentos. De todo o conjunto, portanto 29, mais 30, mais cerca de 20, estamos a falar globalmente de 79 ou 80 apartamentos, estes são aqueles em que o processo está objectivamente no limbo, está no limbo por via daquilo que é a inação do IRU, portanto houve efectivamente aqui aparentemente um retrocesso, um questionar aquilo que já estava definido anteriormente. Sobre este conjunto de 9 imóveis para 20



Assembleia Municipal

apartamentos, não temos de facto novidades, apenas que da nossa parte fizemos aquilo que tínhamos que fazer e aguardamos também que do lado do IRU cumpram as obrigações que ao tempo foram assumidas.-----

-----Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Rodrigo Oliveira, registrar aqui uma componente bastante retórica e uma narrativa que claramente não tem adesão à realidade. E é sempre peculiar e constrangedor até mesmo quando se pretende transformar o concelho numa fotografia tão negativa que claramente não tem adesão com a realidade porque aquilo que se pode demonstrar e que é sabido da população é que atravessamos um ciclo, atravessamos uma década incomparável com qualquer outro momento da história do ponto de vista de execução, do ponto de vista da concretização e as coisas estão a acontecer, o resto naturalmente que considera bastante retórica também muito própria da época. Respondendo a algumas questões que me parecem mais críticas, dizer que utilizar adjectivações como aquela que utilizou relativamente a vários dos temas e particularmente em relação à Relvinha, pode ser muito facilmente comparável com as intervenções que ouvimos num extremo que todos, regra geral, criticamos. Portanto, se criticamos temos que ter um comportamento e uma intervenção mais alinhada com aquilo que são os princípios que defendemos e não com adjectivações que claramente não parecem as mais razoáveis para este fórum. Na Relvinha está uma empresa a apoiar-nos na exploração. Os resultados melhoraram de forma significativa. A maior parte dos indicadores já têm cumprimento. Continuam a registar-se situações e episódios de incumprimento de alguns dos clientes, que prejudicam todo o processo e esses incumprimentos têm estado também a ser objecto de acompanhamento e de levantamento e instauração dos correspondentes autos de contra-ordenação. E temos um novo processo, também como foi ao tempo referido, ou melhor, temos dois processos, um processo de responsabilização judicial contra o projectista que, objectivamente, por aquilo que resulta de uma auditoria que foi realizada em determinado momento, se concluiu que o projecto não cumpre alguns referenciais técnicos e portanto há essa ação judicial contra o projectista e há um processo relacionado com a contratação de um novo projecto de execução que tem já entregue o estudo prévio e que apresenta soluções que não são muito compatíveis com aquilo que são as disponibilidades financeiras que temos para executar essas intervenções; portanto, temos aqui uma questão crítica e que ainda não tem solução. Sobre a questão concreta do link para o acesso ao projecto do Teatro Alves Coelho, dizer-lhe que lamento que ele não tenha sido disponibilizado, foi assunto que foi aqui claramente assumido. Eu dei essa indicação, a indicação foi aqui ouvida por todos, e, portanto, apenas também passar esta informação para os serviços, esta recomendação. A reunião de Câmara é simples, foi uma reunião de Câmara extraordinária no dia 7 de Abril de 2021 e, portanto, tem lá tudo, tem a minuta do contrato de direito de superfície e tem as peças do projecto de execução que foi aprovado por unanimidade na Câmara, portanto não é necessário de facto reafirmar aquilo que é a transparência total sobre este processo, volto a dizer que



Assembleia Municipal

isto é uma peça pública, não tem segredo nenhum. Se fosse segredo dos deuses estaríamos a entrar de facto aqui num outro patamar, mas também não é esse que interessa. Sobre a questão da Relvinha e a ampliação da Relvinha eu compreendo que o sucesso atingido com aquela ampliação seja incómodo para alguns que olham para os interesses do concelho de uma forma um bocado peculiar. Agora devo-lhe dizer que a realidade não é aquela que aqui pretendeu transmitir. É certo, e isso eu reconheço, era muito fácil fazer anúncios, trazer aqui uns bonecos, uns desenhos, uns filmes, isso é muito fácil há pessoas e há intervenientes, provavelmente alguns daqueles que aqui estão, que têm forte vocação para esse tipo de prática. Nós, como sabem, apresentamos as coisas quando elas têm adesão à realidade, quando elas são firmes, isso é algo que também nos diferencia do ponto de vista da ação política, daquilo que se vê às vezes um bocadinho por todo o lado. Queria também dizer que relativamente às suas conclusões elas não têm adesão à realidade e, portanto, a questão do *não houve interessados* é um exercício puramente especulativo, não sei como é que resolveu fazê-lo, mas objectivamente não há nenhuma base de realidade neste processo, há informação muito clara e que tenho tido toda a frontalidade e toda a transparência para a trazer quer aqui, quer à reunião de Câmara. Temos, neste momento, dois processos em aberto, dois processos relacionados e que envolvem os lotes maiores, são três lotes, três dos lotes maiores para um projecto que está neste momento em apreciação no IAPMEI há demasiado tempo, desde Junho ou Julho de 2023, portanto, acerca disto quero lamentar aquilo que é a inação do IAPMEI relativamente à tramitação das candidaturas que são submetidas e lamentar, e aqui é uma crítica transversal, lamentar e criticar aquilo que era o IAPMEI do anterior governo e criticar e lamentar aquilo que é a intervenção do IAPMEI deste governo. Portanto, de uma forma muito clara, lamentar que, ao fim deste tempo todo, continue um processo que envolve um investimento muito significativo no âmbito da inovação produtiva, que considera um número muito significativo de postos de trabalho e que necessita, objectivamente, de ser resolvido e de ter uma decisão por parte do IAPMEI. Um segundo processo está neste momento em fase de recepção de propostas, até ao dia 28, se a memória não me falha, e, portanto, não há de facto adesão àquilo que pretendeu aqui trazer. Sobre a questão daquilo que é o número de cidadãos residentes no concelho e no que concerne aos eleitores, eu devo dizer que a menor das preocupações, como deverão compreender, é se são sete, se são cinco, se são onze ou se são não sei quantos vereadores. E, portanto, eu acho que o foco não está no sítio correcto quando levanta o problema; é verdade que mais de dois terços do território nacional estão com problemas de desertificação, é verdade que o país vai entrar este ano de 2025 na pole position no primeiro lugar dos mais envelhecidos da Europa, isso também é verdade. Agora tentar trazer isso para a nossa Assembleia Municipal como sendo um problema de Arganil não me parece nem correcto, nem resultante de uma leitura que tem que ser uma leitura séria e correcta, deste problema que é um problema nacional ou pior, pior do que ser um problema nacional, é também já um problema



Assembleia Municipal

da Europa e isso vê-se, inclusivamente, naquilo que é a situação em que a Europa se encontra actualmente. Sobre a questão da ULS e aquilo que tem a ver com a questão dos médicos, da situação se encontrar normalizada, eu quero dizer de uma forma muito clara para que também não subsistam nenhuma dúvida porque, de repente, ouvi aqui várias intervenções que pareciam indicar que o município também tinha responsabilidade na contratação dos médicos. Não é assim e, portanto, há efectivamente uma cadeia neste processo. O Ministério da Saúde, em primeira ordem, e a ULS, num segundo patamar, são quem faz a contratação de médicos. Tem-nos sido dada a informação de facto que tem havido alguma dificuldade, não apenas em relação a Arganil, é um problema que é conhecido do país, relativamente àquilo que tem a ver com a escassez destes profissionais e, portanto, queria também deixar isto bem esclarecido, mas queria aproveitar para agradecer ao Senhor Presidente da ULS que prontamente se disponibilizou para resolver um problema que, objectivamente, foi criado de uma forma inadvertida. Sobre a Quinta do Dr. Urbano, dizer-lhe que em breve, haveremos de ter novidades sobre este assunto e, portanto, não é nenhum desperdício e não é inadmissível quando os processos são tratados e são trabalhados com responsabilidade. É isso que nos caracteriza e tenho pena que, de facto, a adjectivação seja tão semelhante nestes processos ou nestas intervenções como aquela que ouvimos, volto a dizer, a forças de outros quadrantes políticos. Sobre questões práticas, como sejam ao concreto as do auditório, da sauna, do banho turco, há aqui, claramente, alguma desactualização em relação à informação, e refiro-me particularmente à questão da sauna e do banho turco, não tenho nenhuma indicação de que estejam encerradas.-----

-----Sobre aqui um assunto que é crítico e que é importante e queria agora dedicar algum tempo em relação a isto, a questão desse exercício especulativo que também me chegou que tem percorrido vários intervenientes relacionado com pretensão a um suposto projecto para intervenção de um parque fotovoltaico na Relvinha. Assunto este a que já me referi na anterior Assembleia Municipal e, portanto, provavelmente não fui eficaz na intervenção que fiz e vou agora tentar fazê-lo em duas ou três variáveis complementares. Em primeiro lugar, dizer, e provavelmente parte do equívoco resulta daí, dizer que a Relvinha, ou toda aquela serra, tem capacidade florestal, tanto quanto me é dado a conhecer, sobre boa parte do espaço existe um contrato de arrendamento com uma empresa da área da celulose e também como acontece particularmente com o eucalipto, é algo que é típico a este tipo de exploração, num contrato de 30 anos, como parece ser o caso, é típico e é normal que existam três rotações, portanto, ao fim de 9, 10 anos é feito o primeiro corte, ao fim de 20 anos é feito o segundo corte e no término do contrato será feito o terceiro corte. O primeiro corte foi aquele que aconteceu agora e tem a ver, genericamente, com a exploração florestal. Foi também transmitida uma pretensão de um parque fotovoltaico numa parte residual de todo aquele espaço. Dizer em relação a isso, e já o disse aqui na anterior Assembleia Municipal, que do lado da Câmara, naquilo que são os instrumentos que temos à nossa disposição, não aceitaremos qualquer



Assembleia Municipal

projecto que tenha impacto paisagístico à distância. Portanto, até podemos aceitar, nós precisamos ter as luzes acesas, até podemos aceitar soluções similares àquela que foi desenhada para Tábua, em que objectivamente tem visibilidade, mas é apenas ali naquela localização, mas qualquer opção, que tenha impacto visual de distância, na nossa perspectiva, no nosso entendimento, não merecerá acolhimento. Devo dizer, e isto vale a pena também e por isso é que eu estava a dizer que queria gastar algum tempo com este assunto, devo dizer que conseguimos, sobre este processo e relativamente a esta situação, ser particularmente incisivos, não pela análise deste processo isoladamente, mas porque efectivamente temos já um conjunto de passivos ambientais no concelho relacionados com as energias renováveis. E dizer-lhes em relação a isto que há uma legislação, um diploma o DL 72/2022, portanto 2022 todos conseguimos identificar quais foram os Secretários de Estado ou os ministros que estiveram envolvidos, mas diz respeito, este diploma, a medidas que visam simplificar os procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis. E dizia mais, dizia em determinado momento, ou diz este diploma, em determinado momento que isto, do ponto de vista do licenciamento, resulta de comunicação prévia e os municípios só podem rejeitar esta pretensão, se conseguirem demonstrar que a área que tem no território municipal, a área do município, já está impactada pelo menos em 2% por projectos desta natureza, por centros electroprodutores de energias renováveis. E nós, feliz ou infelizmente, conseguimos demonstrá-lo, conseguimos demonstrá-lo desde logo com aquilo que é o impacto da Barragem das Fronhas e também com parte daquilo que tem a ver com os parques fotovoltaicos. Nós aquilo que defendemos foi aquilo que colocámos em cima da mesa. Com base nesta regra, aquela que nos permite ter aqui algum nível de defesa, é que não aceitaremos voluntariamente, a não ser que o governo ou alguém nos imponha unilateralmente esta pretensão, mas do lado do município não aceitaremos um projecto com estas características que tenha impacto paisagístico à distância.-----

-----Queria também só fazer uma nota muito rápida relativamente à intervenção da deputada Dora para dizer e acompanhar aquilo que são os princípios da participação da mulher, aquilo que são às vezes ainda alguns fenómenos de preconceito e de desigualdade que ainda persistem na sociedade, dizer-lhes também que todos nós temos a obrigação de dar o exemplo, particularmente naquilo que tem a ver com o cumprimento da lei da paridade e portanto dizer que no caso daquilo que é a Câmara Municipal, no caso daquilo que são as Juntas de Freguesia que estão com a bandeira do PSD, a paridade existe e portanto entendemos que é também nestes casos concretos que a participação da mulher se vinca, se afirma e que ajudamos também a ultrapassar esses preconceitos e os fenómenos de desigualdade que ainda existem. Obrigado.”-----

ORDEM DO DIA



Assembleia Municipal

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta da Sessão Ordinária nº 5**, realizada no dia 07 de Dezembro de 2024.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções e 30 votos a favor, aprovar a acta nº 5, da sessão ordinária realizada no dia 07 de Dezembro de 2024.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta do **Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2024 e da 1ª Revisão Orçamental de 2025**, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

-----Presentes os documentos em apreço, bem como a informação técnica INF/DAGF SF/12/2025, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/12/2025, aprovar o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2024 e da 1ª Revisão Orçamental de 2025, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação da proposta do **projecto de alteração ao Regulamento da Ficabeira e Feira do Mont'Alto**, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Presente o projecto de alteração ao Regulamento da Ficabeira e Feira do Mont'Alto, que se dá como reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGF/41/2025, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando:-----

•Que a Câmara Municipal de Arganil, em reunião ordinária realizada em 02 de janeiro de 2025, deliberou proceder à abertura do procedimento de alteração do "Regulamento para a Ficabeira - Feira Industrial, Comercial e Agrícola da Beira Serra e Feira do Mont'Alto";-----



Assembleia Municipal

•Que, cumprindo o procedimento previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, o início do procedimento de alteração do mencionado Regulamento foi publicitado, no dia 13 de janeiro de 2025, no sítio institucional do Município de Arganil, indicando a forma como se podia processar a constituição como Interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto de alteração do regulamento;-----

•Que, decorrido este prazo, não se verificou qualquer constituição de Interessados.----
-----Submeto à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na sua atual redação, deliberar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o projeto de alterações ao " Regulamento para a FICABEIRA - Feira Industrial, Comercial e Agrícola da Beira Serra e Feira do Mont'Alto ", no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Anexa-se o projeto de alterações do "Regulamento para a FICABEIRA - Feira Industrial, Comercial e Agrícola da Beira Serra e Feira do Mont'Alto".-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/41/2025, aprovar o projecto de alteração ao Regulamento da Ficabeira e Feira do Mont'Alto, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUARTO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato-Programa nº 7/2023**, celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF SF/13/2025, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe atualmente à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----



Assembleia Municipal

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 7/2023 celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----

-----O Contrato Programa 7/2023 foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 14 de abril de 2023, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 25 de abril de 2023, no montante de 25.000€ (vinte e cinco mil euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Implementação de Parque Infantil e Fitness enquadrado na Zona de Lazer de S. Martinho da Cortiça”.-----

-----Pretende-se com esta Adenda alterar o objeto do Contrato Programa 7/2023 passando o objeto do contrato programa n.º 7/2023 a ser o seguinte: “Construção de estrutura e cobertura para estaleiro da Junta de Freguesia – 1ª Fase”.-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 7/2023.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/13/2025, aprovar a Adenda ao Contrato-Programa n.º 7/2023, celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato-Programa n.º 7/2024**, celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF SF/14/2025, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe atualmente à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----



Assembleia Municipal

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 7/2024 celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----

-----O Contrato Programa 7/2024 foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 9 de abril de 2024, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 25 de abril de 2024, no montante de 27.500,00€ (vinte e sete mil e quinhentos euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “2ª fase da construção do Parque Geracional enquadrado na Zona de Lazer de S. Martinho da Cortiça, composto por Parque Infantil, Parque Fitness e uma Zona de descanso”.-----

-----Pretende-se com esta Adenda alterar o objeto do Contrato Programa 7/2024 passando objeto do Contrato Programa 7/2024 a ser o seguinte: “Reestruturação do rés-do-chão do Edifício do Centro Cultural de S. Martinho da Cortiça – 1ª Fase”.-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 7/2024.-----

-----À Consideração Superior-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/14/2025, aprovar a Adenda ao Contrato-Programa nº 7/2024, celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O Senhor Presidente propôs que os pontos Sexto ao Décimo Sétimo fossem apreciados em conjunto, tendo todos concordado com a proposta.-----

-----Presentes as Minutas dos Contratos Programa em apreço, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.ª Ex.ª e considerando:-----

---O disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, sendo que a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe atualmente à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º



Assembleia Municipal

25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----
---Que compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro,-----
-----Remete-se a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, Secarias, União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos, no valor que ascende a 349.800€ (trezentos e quarenta e nove mil e oitocentos euros), destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----
-----Objeto e Valor das comparticipações:-----
---Freguesia de Arganil: “Construção de muro de sustentação de terras na Rua de Amandos, por detrás da capela do Casal de S. José”: 10.000 € (dez mil euros);-----
---Freguesia de Benfeita: “Melhoramentos no Santuário de Nossa Senhora das Necessidades em Benfeita; Requalificação da Rua da Ribeira em Dreia”: 25.000 € (vinte e cinco mil euros);-----
---Freguesia de Celavisa: “Reparações na Estrada de Sequeiros às Travessas e Caratão”: 1.800€ (mil e oitocentos euros);-----
---Freguesia de Piódão: “Arranjo do Cemitério, de Rua e de Muros na Aldeia da Fórnea”: 19.500€ (dezanove mil e quinhentos euros);-----
---Freguesia de Pomares: “Melhoramentos na Praia Fluvial e no Parque de Campismo de Pomares; Criação de um espaço de apoio a eventos no Largo Sociedade de Melhoramentos de Pomares”: 25.000€ (vinte e cinco mil euros);-----
---Freguesia de Pombeiro da Beira: “Obras a efetuar na Escola EB1/J.I de Pombeiro da Beira - sala de aula do Jardim de Infância; Reparação das linhas de água nas localidades de Chapinheira e Murganheira”: 40.000€ (quarenta mil euros);-----
---Freguesia de São Martinho da Cortiça: “Construção de Estrutura e cobertura para o estaleiro da Junta de Freguesia - 2ª Fase”: 40.000€ (quarenta mil euros);-----
---Freguesia de Sarzedo: “Aquisição de viatura de 9 lugares com pintura e publicidade; Ampliação do pavimento envolvente da piscina na Praia Fluvial do Sarzedo; Pavimentação do Largo do Casal do Sarzedo; Reparação de passeio no Cemitério do Sarzedo”: 29.000€ (vinte e nove mil euros);-----
---Freguesia de Secarias: “Remodelação dos balneários existentes junto ao campo de futebol; Melhoramentos no Parque Infantil das Secarias e colocação de novo equipamento”: 25.000€ (vinte e cinco mil euros);-----
---União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra: “Construção de muro de suporte na Portela da Cerdeira (Junto ao Parque Infantil); Reservatório de águas



Assembleia Municipal

pluviais no local onde era o Centro de Recolha de Lixo entre a Mourísia e a Moura da Serra; Cerdeira Convida”: 32.000€ (trinta e dois mil euros);-----

---União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: “Aquisição de veículo ligeiro de mercadorias; Realização dos eventos da FAVA e Músicas de Verão; Calçetamento nas ruas de Côja: Rua Dr. Adolfo Correia da Fonseca, Rua Desembargador Abel Pereira do Vale, Largo José Bernardo Mousinho, Rua Monsenhor Nunes Pereira (até ao cruzamento rua Alfredo Santos Júnior), Rua da Oliveira, Quelha do Correio Velho (na parte sem calçada); Calçetamento da Rua José Luís Nunes em Coja; Calçetamento da Pr. Dr. Alberto Vale em Coja”: 80.000€ (oitenta mil euros);-----

---União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anceriz: “Requalificação da Rua Casal dos Olivais em Anceriz; Requalificação da Rua das Vinhas em Vinhó”: 22.500€ (vinte e dois mil e quinhentos euros).-----

• Prazo de Vigência: Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----

• Pagamento:-----

---Uma só prestação (100%), nas aquisições de viaturas/máquinas e na realização de eventos, até 30 dias após a apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----

---Duas Prestações, na execução de trabalhos de empreitada: 1.ª Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.ª Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----

• Prazo de cumprimento: - até ao final de 2025-----

• Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----

• Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----

-----Anexo minuta dos contratos programa, informações de cabimento e de compromisso.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----**SEXTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil – 1ª fase**, com vista a comparticipar financeiramente os trabalhos de Construção de muro de sustentação de terras na Rua de Amandos, por detrás da capela do Casal de S. José, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil – 1ª fase, com vista a comparticipar financeiramente os trabalhos de Construção de muro de sustentação de terras na Rua de Amandos, por detrás da capela do Casal de S. José, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SÉTIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Benfeita – 1ª fase**, com vista a participar financeiramente os trabalhos de melhoramentos no Santuário de Nossa Senhora das Necessidades em Benfeita e Requalificação da Rua da Ribeira em Dreia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Benfeita – 1ª fase, com vista a participar financeiramente os trabalhos de melhoramentos no Santuário de Nossa Senhora das Necessidades em Benfeita e Requalificação da Rua da Ribeira em Dreia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa – 1ª fase**, com vista a participar financeiramente os trabalhos de reparações na Estrada de Sequeiros às Travessas e Caratão, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa – 1ª fase, com vista a participar financeiramente os trabalhos de reparações na Estrada de Sequeiros às Travessas e Caratão, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão – 1ª fase**, com vista a participar financeiramente os trabalhos de arranjo do cemitério, arranjo de um arruamento e arranjo de muros de suporte, tudo na aldeia de Fórnea, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão – 1ª fase, com vista a participar financeiramente os trabalhos de arranjo do cemitério, arranjo de um arruamento e arranjo de muros de



Assembleia Municipal

suporte, tudo na aldeia de Fórnea, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pomares – 1ª fase**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de melhoramentos na Praia Fluvial e no Parque de Campismo de Pomares e criação de um espaço de apoio a eventos no Largo Sociedade de Melhoramentos de Pomares, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Pomares – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de melhoramentos na Praia Fluvial e no Parque de Campismo de Pomares e criação de um espaço de apoio a eventos no Largo Sociedade de Melhoramentos de Pomares, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira – 1ª fase**, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de obras a efectuar na Escola EB1/J.I. de Pombeiro da Beira - sala de aula do Jardim de Infância e reparação das linhas de água nas localidades de Chapinheira e Murganheira, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.---

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente os trabalhos de obras a efectuar na Escola EB1/J.I. de Pombeiro da Beira - sala de aula do Jardim de Infância e reparação das linhas de água nas localidades de Chapinheira e Murganheira, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEGUNDO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça – 1ª fase**, com vista a compartilhar a Construção de



Assembleia Municipal

Estrutura e cobertura para o estaleiro da Junta de Freguesia - 2ª Fase, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça – 1ª fase, com vista a participar a Construção de Estrutura e cobertura para o estaleiro da Junta de Freguesia - 2ª Fase, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO TERCEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Sarzedo – 1ª fase**, com vista a participar a aquisição de viatura de 9 lugares com pintura e publicidade; ampliação do pavimento envolvente da piscina na Praia Fluvial do Sarzedo; pavimentação do Largo do Casal do Sarzedo e reparação de passeio no Cemitério do Sarzedo, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Sarzedo – 1ª fase, com vista a participar a aquisição de viatura de 9 lugares com pintura e publicidade; ampliação do pavimento envolvente da piscina na Praia Fluvial do Sarzedo; pavimentação do Largo do Casal do Sarzedo e reparação de passeio no Cemitério do Sarzedo, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUARTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias – 1ª fase**, com vista a participar financeiramente os trabalhos de Remodelação dos balneários existentes junto ao campo de futebol e melhoramentos no Parque Infantil das Secarias e colocação de novo equipamento, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias – 1ª fase, com vista a participar financeiramente os trabalhos de Remodelação dos balneários existentes junto ao campo de futebol e melhoramentos no Parque Infantil das Secarias e colocação de novo equipamento, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUINTO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra – 1ª fase**, com vista a comparticipar financeiramente a Construção de muro de suporte na Portela da Cerdeira (Junto ao Parque Infantil) e reservatório de águas pluviais no local onde era o Centro de Recolha de Lixo entre a Mourísia e a Moura da Serra e Cerdeira Convida, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra – 1ª fase, com vista a comparticipar financeiramente a Construção de muro de suporte na Portela da Cerdeira (Junto ao Parque Infantil) e reservatório de águas pluviais no local onde era o Centro de Recolha de Lixo entre a Mourísia e a Moura da Serra e Cerdeira Convida, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEXTO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva – 1ª fase**, com vista a comparticipar financeiramente a aquisição de veículo ligeiro de mercadoria; realização dos eventos da FAVA e Músicas de Verão; calcetamento nas ruas de Côja: Rua Dr. Adolfo Correia da Fonseca, Rua Desembargador Abel Pereira do Vale, Largo José Bernardo Mousinho, Rua Monsenhor Nunes Pereira (até ao cruzamento rua Alfredo Santos Júnior), Rua da Oliveira, Quelha do Correio Velho (na parte sem calçada); calcetamento da Rua José Luís Nunes em Côja e calcetamento da Praça Dr. Alberto Vale em Côja, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva – 1ª fase, com vista a comparticipar financeiramente a aquisição de veículo ligeiro de mercadoria; realização dos eventos da FAVA e Músicas de Verão; calcetamento nas ruas de Côja: Rua Dr. Adolfo Correia da Fonseca, Rua Desembargador Abel Pereira do Vale, Largo José Bernardo Mousinho, Rua Monsenhor Nunes Pereira (até ao cruzamento rua Alfredo Santos Júnior), Rua da Oliveira, Quelha do Correio Velho (na parte sem calçada); calcetamento da Rua José Luís Nunes em Côja e calcetamento da Praça Dr. Alberto Vale em Côja, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SÉTIMO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz – 1ª fase**, com vista a compartilhar financeiramente a requalificação da Rua Casal dos Olivais em Anseriz e Requalificação da Rua das Vinhas em Vinhó, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/15/2025, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz – 1ª fase, com vista a compartilhar financeiramente a requalificação da Rua Casal dos Olivais, em Anseriz e Requalificação da Rua das Vinhas, em Vinhó, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO OITAVO: Para conhecimento** - Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 15 de Novembro de 2024 e 31 de Janeiro de 2025, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 15 de Novembro de 2024 e 31 de Janeiro de 2025, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/DAGF/55/2025).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO NONO: Para conhecimento** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024 e 01/01/2025 a 19/02/2025 e



Assembleia Municipal

do Relatório de Actividades, correspondente ao periodo de 15/11/2024 a 31/01/2025.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----
